

## AUTORIA NO DOMÍNIO DE GÊNEROS DISCURSIVOS: PARÁFRASE E ESTILO

Nilsa Brito Ribeiro\*

---

**Resumo:** Neste trabalho, através da análise de três recortes extraídos de discursos produzidos no meio universitário (a saber, aula, seminário e reunião acadêmica), pretendemos discutir a noção de autoria no domínio de gêneros discursivos. Para isso, elegemos os processos parafrásticos que, a nosso ver, evidenciam um trabalho do sujeito na e pela linguagem. Estamos admitindo, com base nos estudos bakhtinianos, que cada discurso sofre coerções genéricas e que cada enunciado carrega em si o estilo de um gênero peculiar a uma dada esfera de atividade humana (BAKHTIN, 1953). Interessa-nos considerar, no interior de gêneros discursivos, o espaço que se abre para um trabalho de autoria, que se configura tanto pela assunção de um projeto discursivo quanto por um trabalho que o sujeito realiza nos espaços que lhe são possibilitados.

**Palavras-chave:** autoria; gênero discursivo; estilo; paráfrase.

---

### 1 INTRODUÇÃO

A reflexão que desenvolveremos acerca de processos de autoria procurará evidenciar que o autor se constitui a partir de um trabalho que o sujeito empreende discursivamente. Embora sofra coerções sócio-históricas, há sempre espaços de ação que permitem ao sujeito dizer de um certo modo e não de outro, e, nesses espaços, sobressaem-se traços de sua singularidade que se configuram como o estilo individual. Sendo assim, o estilo, enquanto indício de autoria, decorre, sobretudo, de um investimento do sujeito que, em função de um projeto discursivo, particulariza as ações que o constituem autor de seu discurso naquele gênero discursivo. A partir desta compreensão, estamos admitindo que os recursos expressivos são agenciados em função de uma atividade do sujeito na construção da autoria.

Dessa perspectiva, a noção de autoria que adotamos é vista como o domínio da atividade discursiva no interior de um certo gênero. Uma tal noção de autoria está ligada a uma *atitude responsável* do sujeito, nos termos de Bakhtin (1953), ou seja, o autor se constitui na medida em que faz incursões sobre seu texto – oral ou

---

\* Professora da Universidade Federal do Pará. Mestre em Linguística. E-mail: <nilsa@ufpa.br>.

Autoria no domínio de gêneros discursivos:

escrito -, em função de uma proposta de encaminhamento de sentidos em relação ao outro. Não corresponde, portanto, à noção clássica de autoria, segundo a qual o autor se constitui em relação a uma obra e a uma discursividade, como postula Foucault (1971).

Assim, tomaremos como pressuposto para nossas análises, a idéia de que: i) a paráfrase é vista em seu funcionamento discursivo e não como um recurso inerente ao sistema da língua, nem como um mecanismo que se deflagra no texto por necessidades que se impõem ao sujeito que enuncia, e muito menos como a simples retomada de um já-dito, variando a forma e mantendo o sentido, pois, no processo de retomada de discursos, há sempre re-significações; ii) o estilo é um espaço de singularidade, indissociavelmente vinculado à situação de enunciação e, como assevera Bakhtin (*op. cit.*, p. 283), “está indissolúvelmente ligado ao enunciado e a formas típicas de enunciados, isto é, ao gênero do discurso”; iii) a noção de autoria, na perspectiva adotada, decorre da tomada de posição do sujeito inscrito num determinado gênero discursivo.

Necessário se faz problematizar como esses fenômenos – paráfrase, estilo e autoria - têm sido encarados a partir de algumas perspectivas distintas, para, enfim, tratá-los no domínio do nosso interesse: a autoria resultante de um trabalho do sujeito no contexto de gêneros discursivos.

## 2 BREVES NOTAS SOBRE A PARÁFRASE

Segundo Fuchs (1994), o termo paráfrase foi utilizado pela tradição para designar uma prática languageira específica que é a atividade de reformulação de textos, sempre partindo de um texto-base. A noção de paráfrase lingüística, nesse contexto, segundo a autora, teve um caráter muito mais empírico do que propriamente teórico. Na Antigüidade greco-latina, a atividade de reformulação parafrástica foi basicamente invocada em dois tipos de situações de caráter pedagógico: na exegese de textos bíblicos e no exercício da retórica. Enquanto a paráfrase exegética se amparava na interpretação de um **texto de origem** (T), cujo intuito era o de explicitar sentidos para o interlocutor (daí porque a autora denomina tal tipo de paráfrase de **reformulação explicativa**), a paráfrase empregada no exercício da retórica, por sua vez, estava voltada para a produção de um novo texto. Sendo preocupação da retórica o domínio de formas de expressões a partir do texto de origem interpretado, o texto reformulador (texto parafrástico) procuraria, de certa

forma, imitar outros textos, presumindo, assim, ao menos aparentemente, uma anulação de distância em relação ao texto tomado como modelo. Por isso mesmo Fuchs (*op. cit.*) nomeia essa segunda atividade de **reformulação imitativa**.

Os estudos lingüísticos sobre a paráfrase só aparecem por volta da segunda metade do século XX, com ênfase nas relações entre formulações lingüísticas. Fuchs (*op. cit.*) aponta três fatores que explicam o interesse da lingüística pela paráfrase: i) o estudo sistemático das relações entre frases, sob o impulso das gramáticas gerativas; ii) o alargamento das preocupações semânticas que, da palavra, passam à frase e até mesmo ao texto; iii) o desenvolvimento de trabalhos no domínio do tratamento automático da língua e dos textos.

Sendo assim, é possível dizer que uma concepção empírica de paráfrase (empregada na exegese de textos bíblicos e nos exercícios de retórica), que se baseia no texto como uma prática de linguagem, é substituída por uma caracterização teórica cuja ênfase recai sobre o sistema da língua. Nessa segunda abordagem, o ato de parafrasear é posto em relação com a competência lingüística do falante, a qual deve ser explicitada em termos de regras da língua. Em outras palavras, saber uma língua é, com efeito, ser capaz de produzir e identificar uma variedade de expressões, “mantendo o mesmo sentido” (“*ayant le même sens*”) (FUCHS, *op. cit.*, p. 43).

Esta compreensão espontânea de paráfrase está centrada na distinção radical entre forma e conteúdo, isto é, considera-se a existência de uma unidade no plano do conteúdo - pois se supõe que este se mantém inalterado - e uma diversidade no plano da formulação. Por essa compreensão, parafrasear significa dizer a mesma coisa com outras palavras.

Novos estudos sobre processos de reformulações parafrásticas vêm sendo desenvolvidos sob perspectivas teóricas diversas. De acordo com Fuchs (1985), os estudos contemporâneos sobre a paráfrase centram-se, basicamente, em três abordagens teóricas: i) a paráfrase encarada como equivalência formal entre frases, levando em consideração a veracidade do enunciado, com base em postulados lógicos<sup>1</sup>; ii) a paráfrase definida a partir de critérios semânticos entre o enunciado primeiro e o enunciado segundo, compreendidos a partir de uma relação sinonímica; e iii) a paráfrase vista como uma atividade de reformulação, considerando-se que tal atividade varia segundo os sujeitos e a situação em que a atividade parafrástica é produzida. Nesta terceira abordagem se inserem, pelo menos, três perspectivas teóricas distintas: pragmática, enunciativa e discursiva.

<sup>1</sup> Estudos sobre a paráfrase, nesta perspectiva, encontra-se em Martin (1976).

Autoria no domínio de gêneros discursivos:

Situados numa perspectiva enunciativo-discursiva, recorreremos ao recurso parafrástico para exemplificar como o sujeito faz incursões sobre o seu próprio dizer em função de um ato responsável de levar adiante um propósito discursivo em relação ao outro. Isso demanda dizer que:

No processo de compreensão ativa e responsiva, a presença da fala do outro deflagra uma espécie de “inevitabilidade de busca de sentido”: esta busca, por seu turno, deflagra que quem compreende se oriente para a enunciação do outro. (GERALDI, 1991, p. 18)

O modo como a paráfrase é agenciada, em função do contexto histórico em que a enunciação é produzida, traduz-se em gestos que individualizam o trabalho do sujeito na linguagem, assinalando por esses gestos a sua singularidade. Assim, importamos não o que a paráfrase retoma como o repetível, o já-dito, mas, no processo de retomada, o que ela produz como efeitos de sentido, já que ela tanto pode silenciar um já-dito como ampliar sentidos a partir desse já-dito.

### 3 CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTILO

A noção de estilo adotada neste trabalho ampara-se, basicamente, nos estudos desenvolvidos por Possenti (2001a) que, adotando uma noção proposta por Granger (1974)<sup>2</sup>, sugere que o estilo está sempre presente nas interações verbais e não apenas quando se desvia do uso considerado como regularidade. A partir deste raciocínio, o estilo é visto como um dos traços de subjetividade na linguagem.

Em seus estudos, Possenti (2001a) assevera que a tradição dos estudos literários sobre a estilística tem focalizado três abordagens, a saber: a **abordagem psicologizante**, que centra a ênfase na personalidade do escritor, isto é, na variação da emoção habitual do escritor; a **abordagem socializante**, que encara o estilo como uma problemática social de uma determinada época, estando o estilo, nessa perspectiva, vinculado à visão de mundo do autor; e a **abordagem formalista**, que concebe o estilo como um desvio de uma norma. A mudança de estilo, nesse sentido, está vinculada à mudança de linguagem de uso habitual, a um desvio do falante.

<sup>2</sup> De acordo com Granger [1968] (1974, p. 20): “Toda prática, [...] comporta um estilo e o estilo é inseparável de uma prática”. Significa dizer que os sentidos que uma língua natural tem são efeitos de um trabalho, de uma prática. E o trabalho não é o mesmo em todas as épocas, em todas as situações de enunciação, razão pela qual só se pode conhecer as práticas individuais. Por isso mesmo, para além da estrutura, sobram as práticas subjetivas, que vão além daquilo que a estrutura pode controlar.

A reflexão desenvolvida por Possenti (*op. cit.*) põe em questão uma concepção de linguagem uniforme ou modelar. Nas palavras de Campagnon (2001):

Como princípio de todas essas polaridades está naturalmente o dualismo fundamental entre linguagem e pensamento. A legitimidade da noção tradicional de estilo depende desse dualismo. O axioma do estilo é, pois, este: 'há várias maneiras de dizer a mesma coisa, maneiras que o estilo distingue'. (CAMPAGNON, *op. cit.*, p. 168)

Como podemos ver, tradicionalmente as noções de estilo não trouxeram maiores conseqüências para a compreensão dos processos de produção de sentidos. No máximo, limitaram-se a aspectos formais da língua ou a uma noção psicologizante, segundo a qual o estilo se apresenta como uma possibilidade de escolha consciente do sujeito.

Uma perspectiva filiada a teorias discursivas, da qual compartilhamos, admite a idéia de que as escolhas lingüísticas que se deflagram no discurso emergem em função de um trabalho do sujeito historicamente situado, trabalho sempre orientado por propósitos discursivos. Nesse sentido, o estilo resulta de um modo particular de estruturação do discurso. Não nos parece demais observar que defender a noção de escolha não significa admitir a existência de um sujeito dono absoluto de suas ações. O sujeito, embora submetido a coerções sócio-históricas e enunciativas, desempenha um trabalho ativo e incessante, e, assim sendo, o trabalho de completude do sujeito e da linguagem se configura numa eterna busca, num eterno constituir-se (GERALDI, 1996), e, nesse trabalho dual, emergem possibilidades de ação na e pela linguagem, fazendo significar o que não estava previsto no já-dito. Por isso mesmo sujeito e linguagem devem ser vistos sempre como processos e jamais como produtos.

É importante ressaltar também que, assim como a escolha de uma forma de linguagem não configura o uso deliberadamente espontâneo do locutor, essa escolha também não decorre de uma necessidade. O emprego de formas lingüísticas decorre muito mais de um querer dizer, como nos diz Bakhtin, ou seja, é porque o sujeito que enuncia tem um projeto a ser encaminhado, discursivamente, que opera formas variadas de linguagem, adequando-as ao que pretende obter como *contrapalavras* do outro.

O projeto discursivo inclui a posição do sujeito que enuncia, a qual orienta todo um jogo imaginário, tal como proposto por Pêcheux (1997)<sup>3</sup>: imagens que

<sup>3</sup> Para o autor (*op. cit.*), todo processo discursivo supõe a existência de uma série de formações imaginárias designadas de acordo com o seguinte esquema: Imagem do lugar de A pelo sujeito situado em A; Imagem do lugar de B pelo sujeito situado em A; Imagem do lugar de B pelo sujeito situado em B; Imagem do lugar de A pelo sujeito situado em B; "Pontos de vista" de A sobre R e "Pontos de vista" de B sobre R (Pêcheux, 1997, p.83-84).

Autoria no domínio de gêneros discursivos:

o locutor faz de si, do seu interlocutor, do objeto do discurso ou da língua. Nesse sentido, Possenti (1981) postula que, se por um lado, o jogo de imagem determina a opção do locutor por determinadas formas, por outro, esse jogo de imagem é constituído pelo estilo empregado. Em outras palavras, o estilo empregado produz uma certa imagem, tanto daquele que fala/escreve em relação a si mesmo, quanto do interlocutor em relação a quem fala/escreve. Em contrapartida, a escolha de um certo estilo é orientada pelas imagens constituídas em relação ao enunciador, tanto por ele mesmo quanto pelo destinatário. Tanto num caso como no outro, o estilo produz efeitos de sentido indissociavelmente ligados ao *como dizer*.

Trata-se de pensar a questão do estilo como exigência do discurso que, por determinações históricas, orienta o sujeito que enuncia a jogar com antecipações em relação às expectativas do outro, produzindo uma diferença que emerge como traços de singularidade. Dadas as condições de produção, o sujeito manipula o material lingüístico adequado em meio à heterogeneidade de recursos expressivos disponíveis.

Enfim, nossa preocupação reside não apenas em identificar que em dados contextos, em dadas práticas sociais, os sujeitos realizam escolhas de formas da língua, mas, principalmente, desenvolver uma análise que nos possibilite compreender que efeitos de sentido se produzem a partir de escolhas aqui entendidas como constitutivas do estilo<sup>4</sup>.

#### 4 FALANDO EM AUTORIA...

Como já procuramos evidenciar na introdução deste trabalho, a reflexão sobre autoria que aqui procuraremos desenvolver não se enquadra nas reflexões clássicas desenvolvidas no campo da Filosofia, da Literatura e outros. Nossa reflexão configura-se como uma tentativa de aliar-se a discussões mais renovadas sobre o conceito de autoria<sup>5</sup>. Não se enquadra, numa certa medida, na reflexão desenvolvida por Foucault (1969), posto que, na sua definição, a autoria é entendida como princípio de agrupamento do discurso que se apresenta como unidade. Para Foucault (*op. cit.*), o autor se constitui em relação a uma obra e a uma

<sup>4</sup> Escolhas que poderiam ser ilustradas com outros fenômenos lingüísticos que não a paráfrase, como bem o faz Possenti (1981), através do fenômeno da referenciação.

<sup>5</sup> Reflexões que, no Brasil, podem ser atestadas em estudos desenvolvidos por Tfouni (2001), Possenti (1981, 2001, 2002), entre outros.

discursividade, não correspondendo, portanto, ao “indivíduo falante que pronunciou ou escreveu um texto, mas o autor como agrupamento do discurso, como unidade e origem de suas significações, como foco de sua coerência” (FOUCAULT, 1971, p. 26). Em outros termos, a autoria corresponde a um conjunto de regras instituídas num certo momento histórico, formando um todo coeso e delimitando um domínio discursivo. Para que o autor se constitua como tal, necessário se faz que esteja inserido num conjunto de regras que disciplinam a produção discursiva. Daí porque, segundo Foucault (1969), nem todo texto é provido da função autor, justamente porque a condição primeira é que o que é dito esteja inscrito num sistema regras, num sistema de instituições<sup>6</sup>. Essas mesmas regras dão corpo e legitimam a obra de tal forma que esta passa a ser identificada como tal pelo seu próprio funcionamento submetido a coerções que lhe são exteriores. Paradoxalmente, o regime que instaura a função autor apaga, dilui o autor. A obra por si mesma passa a funcionar como uma verdade que paira acima do autor.

Na tentativa de redefinir o conceito de autoria, Possenti (2002) observa que o fato de Foucault não se referir à questão da autoria em outros domínios que não sejam de uma obra ou de uma discursividade, leva certos autores a pensarem na impossibilidade de fazê-lo. Daí porque ao discutir a questão da autoria em textos escolares, Possenti (2001b) propõe que se repense esta noção em termos diferentes daqueles apresentados por Foucault, introduzindo nessa nova noção de autoria a noção de singularidade aliada à questão do estilo. Na percepção de Possenti (*op. cit.*), o autor se constitui quando assume duas atitudes: a de “dar voz a outros enunciadores” e a de “manter distância em relação ao próprio texto”. Tais atitudes evidenciam a intervenção do sujeito no seu próprio discurso, intervenção que deve ser compreendida tanto no sentido histórico, pois não se trata de atitudes individuais, quanto no sentido de singularidade, de originalidade, visto que sujeitos, ocupando uma mesma posição, não intervêm da mesma forma nos discursos que produzem. Trata-se de um gesto singular de inscrição de cada sujeito em seu discurso, configurando-se num modo particular de *como dizer*. Assim sendo, a autoria de um texto é conferida pela tomada de posição, pela assunção de um ponto de vista daquele que enuncia em relação ao seu discurso.

---

<sup>6</sup> Diferentemente de Foucault para quem o princípio de autoria não se aplica a qualquer discurso, Orlandi (1988) defende que o princípio é geral: *o texto pode não ter um autor específico, mas sempre se imputa uma autoria a ele* (Orlandi, *op. cit.*, p.77) - reflexão que, a nosso ver, alarga o conceito de autoria.

Retomando a noção de gênero discursivo elaborada por Bakhtin (1953), segundo a qual o domínio das atividades sociais constituem inúmeros gêneros que lhes correspondem; a escolha de um gênero está submetida a um projeto de dizer, é possível pensar a autoria como o domínio da atividade discursiva no interior de um certo gênero. Para Bakhtin (*op. cit.*), todo texto tem um autor e observa a existência de dois fatores que determinam um texto e o tornam um enunciado: “seu projeto e a execução desse projeto”. Pensando assim, o sujeito inscrito num dado gênero exerce uma dupla atividade: levar adiante o seu projeto sob as coerções impostas pelo gênero no interior do qual enuncia e fazê-lo de um certo modo, o que implica uma atitude “responsável do sujeito” face ao projeto que propõe levar adiante. O sujeito faz escolhas que refletem as características do gênero como um todo e ao mesmo tempo singulariza a sua empreitada. Por isso mesmo as escolhas são históricas porque feitas de uma dada posição histórica e enunciativa, mas se feitas por outro sujeito, em circunstâncias enunciativas distintas, certamente os efeitos de sentidos seriam diferentes.

Uma compreensão de autoria como um gesto de individuação do sujeito num certo lugar discursivo, requer que se leve em consideração a indissociabilidade entre o que é falado/escrito e uma memória discursiva na qual o que é falado/escrito se ancora. De modo que, uma das exigências básicas para que o texto seja um texto é, necessariamente, a sua relação com outros discursos, passados e futuros. Partindo dessa consideração, propomos pensar a autoria aliada à noção de gênero discursivo, destacando três questões que devem funcionar como orientações básicas para nossas análises:

- a. O texto não se constitui no vácuo, livre das coerções de um gênero discursivo. Assim, um texto é validado como tal à medida que sua significação esteja ancorada em uma instância discursiva que o tornou possível, o que, necessariamente, envolve um projeto discursivo que tem como contrapartida a *contrapalavra* de quem ouve ou lê.
- b. Os gêneros discursivos não são formas cristalizadas à disposição do sujeito para adequá-las ao seu dizer, ou seja, não pré-existem à atividade discursiva de quem fala ou escreve. Práticas sociais e fazer textual são duas atividades indissociavelmente imbricadas, razão pela qual um mesmo modo de dizer em contextos sócio-discursivos distintos produz sentidos também distintos.
- c. O fato de todo texto estar sujeito às coerções de um certo gênero de discurso não significa que o sujeito renuncie à sua singularidade. Textos pertencentes a um mesmo gênero de discurso guardam em si marcas que refletem modos de constituição da subjetividade do sujeito.

Pensamos que o estilo individual - não interpretado como uma escolha consciente, mas como um modo particular de assumir posição acerca de um projeto de dizer ancorado na situação histórico-enunciativa - é um lugar possível de se considerar o processo de individuação, no interior de um gênero discursivo. A falta de autoria estaria ligada a dificuldades discursivas que o sujeito enfrentaria para inscrever o seu dizer numa dada situação de linguagem, ao assumir sua posição de autor, o que não estaria de forma alguma ligada apenas à modalidade escrita. A nossa hipótese é a de que o insucesso do sujeito no empreendimento de um projeto discursivo estaria ligado não apenas à falta de um domínio lingüístico esperado naquela situação de discurso, mas, principalmente, a condições sócio-históricas que lhe permitam se posicionar como autor, assumir a palavra naquele gênero, justamente porque tal gênero não se inscreve no domínio das práticas sociais daquele sujeito.

Considerando que o gênero discursivo orienta *o que dizer e como dizer*, é em relação ao gênero discursivo mesmo que o sujeito toma uma posição quando fala/escreve. Inserido num propósito discursivo, o sujeito produz o seu discurso tendo em vista o outro a quem o dizer se encaminha. Pensando assim, a noção de autoria requer, ao mesmo tempo, o engajamento do sujeito em seu dizer e a possibilidade de provocar no outro uma *atitude responsiva* (BAKHTIN, *op. cit.*) em relação ao que é dito. A expectativa em relação à compreensão do outro orienta o sujeito que enuncia a adotar certas formas de engendramento de seu dizer, que se concretizam como marcas do trabalho criativo do sujeito. Estamos considerando, portanto, que as escolhas que possibilitam configurações de uma prática (estilo) do sujeito são indícios de autoria. Desse modo, “o locutor/autor, ao escolher uma certa configuração<sup>7</sup> para o seu texto, ‘desescolhe’ outras e, em certa medida, compromete-se com as estratégias escolhidas” (GERALDI, 1991, p. 184) e com o seu discurso como um todo.

## 5 PROCESSOS DE CONSTITUIÇÃO DA AUTORIA

Procuraremos mostrar em nossas análises que é possível pensar em autoria como uma atividade do sujeito em relação ao seu discurso. As análises revelam,

---

<sup>7</sup> O termo configurações, empregado por Geraldi (1991, p. 184), equivale a gêneros discursivos. O autor explicita que a opção por ‘configuração textual’ e não por ‘estrutura’, deve-se ao fato de que: i) o conjunto de configurações não é fixo, com regras obrigatoriamente a serem seguidas, ii) estas configurações não são impermeáveis entre si, de modo que as configurações de um texto não possam cruzar com as de outros.

numa certa medida, que essa parece ser uma via possível de pensar a autoria. Sempre que se diz algo, diz-se para alguém, a partir de um projeto e de uma maneira específica. Como já anunciamos, na introdução deste trabalho, analisaremos três recortes produzidos no meio universitário, vinculados a três gêneros discursivos: aula, seminário e reunião.

À guisa de contextualização, o recorte (1) foi produzido em uma aula de um curso de Direito.

(1)P – [...] então o título... o título... o título que eu tô falando que é a promissória não é?... e o ... cheque (cruzado) quando vai emitir... vocês... ele se assemelha a uma sentença tá?... ele... se ele estiver formalmente é:... preenchido ele e:... ele se assemelha a uma sentença... por quê?... porque aí não vai se discutir mais é... se há ou não direito... aí o/já vai se discutir o seguinte... paga ou não paga... e a sentença judicial diz isso né?...né?... ou você faz isso... não paga...ou deixa de fazer.. compreenderam?... então a lei dizia que tem que ter o original... aí o cara chegou desapareceu com a própria prova... acabou o quê?...a prova da relação obrigacional... resultado...não tem como mais ( ) tocar... ( )

A4 – isso é manobra?

P – se isso é manobra?... **isso é um crime... isso é uma sem-vergonhice... isso é uma safadeza**

( )

A1 – essas...essas manobras utilizam brechas... e utilizam brechas... brechas legais...

O professor (P), a pedido de um aluno (A), procura definir o que seja *probatização* no campo jurídico. Possivelmente, na tentativa de melhor definir o termo, o professor recorre a um exemplo, narrando o caso de um advogado que utiliza desse expediente para suspender um processo de penhora de bens de um cliente.

Em face da pergunta de um aluno se o caso exemplificado constitui uma *manobra (legislatória)*, o professor (P) formula uma outra pergunta do tipo retórica, a qual dá fluxo à sua explicação que se desdobra em seqüências parafrásticas: “se isso é manobra?... isso é um crime... isso é uma sem-vergonhice... isso é uma safadeza...” Até aí, poder-se ia dizer que o que confere autoria ao texto de P seria apenas seu pertencimento a um certo gênero discursivo (a aula). Esta é, do nosso ponto de vista, uma exigência forte para que um texto faça sentido. No entanto, como se podem depreender do recorte acima, no interior do gênero aula, o professor,

com base em imagens que faz de si, do aluno e do conteúdo de ensino, investe o seu discurso para levar adiante o seu projeto discursivo, qual seja ensinar. O procedimento parafrástico atende a uma exigência da ação explicativa legitimadora do papel do professor, que, por sua vez, resulta de um jogo imaginário relacionado aos lugares representados no interior do processo discursivo (PÊCHEUX, 1997). Em outros termos, pode-se dizer que os processos parafrásticos produzidos entre *manobra*, *crime*, *sem-vergonhice* e *safadeza*, se configuram como um gesto adotado pelo professor para atender a uma exigência da aula que é a explicação, no entanto, esse gesto particulariza a aula, singulariza uma prática.

Como observa Orlandi (1988), o sujeito se faz autor quando ele consegue formular no interior do formulável, quando o seu dizer se constitui parte da história. Ou seja, mesmo recorrendo a um já dito (no caso exemplificado, a um discurso de sala de aula com um ritual previamente estabelecido), a autoria se instaura quando o sujeito produz um lugar de interpretação em meio a tantos outros. Ainda que se trate de uma aula, cujo tema já tenha sido tratado em tantas aulas de um curso de Direito, o modo como o professor se inscreve no interior desse gênero, particulariza o seu dizer em relação a outros possíveis no interior do mesmo gênero discursivo. As paráfrases são reveladoras do trabalho que o sujeito realiza em direção à singularização das suas ações. Desse modo, constrói-se um estilo, isto é, produz-se a diferença entre muitos discursos pertencentes a um mesmo gênero. Sendo assim, a autoria, na perspectiva aqui adotada, se constitui a partir de um certo modo de dizer no interior de um dado gênero discursivo.

De outro modo, a autoria não se constitui apenas porque o sujeito inscreve o seu dizer num gênero discursivo, mas, sobretudo, porque, embora sob coerções de um dado gênero, o sujeito empreende, na linguagem, um trabalho de levar adiante uma tarefa discursiva e o faz de um modo particular. Em uma outra aula, certamente recorrerá a outros recursos explicativos.

(2)

A4 – [...] porque é o seguinte...a questão... é:: a gente não pode.. achar ruim o questionamento do que é original porque **não existe o original...** existe UM momento original e é muito bom que a gente vá buscando é:...puxar uma coisa daqui outra dali porque se não a gente vai tá no vazio sozinho e **não se pode desvincular arte do CONTEXto** por... eu eu questiono isso toda arte pra mim ela tem que ser engajada porque senão ela não vale de nada... NÃO VALE... Arte pela arte é uma coisa que todos nós

Autoria no domínio de gêneros discursivos:

devemos questionar e não é ruim...e não é ruim o questionamento... o que é o original? o original para mim é o **marco zero**... é a primeira inspiração... é o momento LUZ.. é a LUZ  
[...]

Num Seminário de Literatura, uma aluna (A4), ao discutir o conceito de originalidade na arte, produz enunciados parafrásticos, cujos efeitos de sentido são de fechamento de significações em direção ao que seja original: “o que é o original?... o original pra mim é o marco zero... é a primeira inspiração... é o momento LUZ... é a LUZ...”. Como se podem observar, os movimentos parafrásticos que se desencadeiam no texto de A4 não são em função de uma possível incompreensão do interlocutor, mas, sobretudo, resultado de um empenho discursivo em estreitar sentidos com base numa linha argumentativa.

Sob o argumento de que não existe arte original, o enunciador vai dando âncoras ao seu dizer até chegar ao topo da escala argumentativa, fechando sentidos em LUZ. Ao chegar em luz, constrói-se, pela paráfrase, a metáfora do que seja original: “O original é a luz”. E, por esse movimento mesmo de retomadas constantes sobre um mesmo ponto do discurso, presenciamos um processo de inserção da língua num certo funcionamento discursivo. Aí também se verificam indícios de processos de autoria através da investida do sujeito em seu discurso, numa disputa de sentidos. Os procedimentos parafrásticos revelam um retorno do sujeito ao seu próprio discurso, evidenciando gestos particulares em defesa de um projeto de discursivo.

Do nosso ponto de vista, nesse processo, o sujeito se individua por um gesto diferente de construir o seu texto, fazendo escolhas em função das quais se produzem certas significações. É certo que alternativas existem, mas estas se apresentam, nas condições de produção dadas, como mais adequadas ao trabalho de busca de unidade (mesmo que ilusória) do texto. Assim deve ser compreendido o trabalho ativo e inventivo do sujeito na linguagem: trabalho que, na relação com o outro e com outros discursos, não pode ser visto como resultado de uma vontade deliberada do sujeito que enuncia, mas orientado por posições historicamente situadas.

(3)

**P2** – só têm dois meses de aula né?... nem dois meses completos...

[...]

**P2** – e é o seguinte... o normal em julho é quatro disciplinas... cinco já é extrapolando... cinco e seis é quando é janeiro e fevereiro... né?...

C – mas isso aqui é uma coisa que não vai dar pra ser discutida hoje porque tá faltando dois professores... tá? só vai dar pra adiantar aqui... algumas mudanças... isso aqui são informes tá?... depois a gente começa a pauta... só alguns informes... P... aqui... é:.... ( ) W. tem uma pequena mudança aqui... para o intervalar tá?... mas ainda não é nada fechado... por quê? por que que não é fechado? porque eu ainda vou verificar se eles vão aceitar uma data porque essa turma de Parauapebas... de Marabá... intervalar noventa e oito... eles estão atrasados com Língua Portuguesa... então agora que eles vão fazer Língua Portuguesa... Quatro... e para o mês de julho já tá elencado o quê?... cinco disciplinas que é o máximo que eles podem fazer... **o máximo... estourando... estourando tudo...**

Num contexto de reunião de colegiado de curso, a coordenadora (C) discute com demais membros do colegiado a oferta de disciplinas para uma turma, naquele semestre letivo. E argumenta para os seus parceiros a impossibilidade de ofertar mais de cinco disciplinas. Do enunciado elaborado para argumentar a sua tese (*cinco disciplinas que é o máximo que eles podem fazer...*), seleciona o que para ela está em jogo para atingir o seu propósito discursivo: *o máximo* que a seguir é parafraseado por *estourando... estourando tudo...*

O processo parafrástico entre *máximo* e *estourando* revela um deslocamento de nível de linguagem: *estourando* é um termo típico da linguagem oral e o seu emprego, nesse contexto, sugere uma estratégia argumentativa que caracteriza um tipo específico de interlocução, a qual não se define *a priori*, mas na cena de enunciação, resultando de uma antecipação do sujeito que enuncia, à medida que ele joga com uma concepção de interlocutor. O deslocamento de um nível de linguagem para outro, por jogos parafrásticos, resulta de uma estratégia argumentativa que produz efeitos de sentido que vão além da pura informação.

Em se tratando de uma reunião acadêmica que exige um emprego de registro mais formal, o que levaria o locutor a optar por uma linguagem mais próxima de situações informais de interação? Ainda que a questão não seja objeto de estudo neste trabalho, é preciso dizer que esse é um exemplo claro de que a relação fala e escrita não pode ser tratada de forma dicotômica como se cada uma dessas modalidades carregasse em si a sua forma específica, invariável. Além disso, o exemplo nos mostra que no interior de um gênero discursivo a sua homogeneidade pode ser rompida a qualquer momento, justamente porque o sujeito recorre a formulações alternativas não previstas no estilo genérico e nisso reside o estilo do sujeito, indícios de autoria, assunção de um *projeto de dizer*.

Autoria no domínio de gêneros discursivos:

Levando em consideração a posição que o enunciador ocupa na situação de interação, a palavra *estourando* não deve ser ingenuamente compreendida como falta de domínio de palavras ‘adequadas ao contexto’, ou seja, um desvio da norma; se assim o fosse não haveria porque parafrasear *o máximo* por *estourando*, já que o primeiro termo cumpriria a exigência de adequação entre registro formal e situação formal. É mais que isso: a variação de registro em si produz certos efeitos de sentido que remetem à posição que o enunciador ocupa, isto é, o enunciado: “... cinco disciplinas que é o máximo que eles podem fazer... o máximo... estourando... estourando tudo...” sugere, entre outras coisas, a autoridade do sujeito que enuncia: cabe à coordenadora do curso decidir sobre o número de disciplinas a serem ofertadas no semestre, e, por conseguinte, impor limites às reivindicações dos alunos. Além disso, o “máximo... estourando... estourando tudo...” sugere ainda a imagem de boa administradora que C constrói de si para o outro, evidenciando assim, o seu empenho em atender às reivindicações dos alunos, ao ofertar um número de disciplinas acima do previsto (*o máximo... estourando...*). No processo de autoria, as paráfrases revelam o empenho do sujeito em controlar sentidos que se ajustam a uma dada posição social. Como bem observa Tfouni (2001, p. 83): “Nesse processo, inclui-se necessariamente um descarte de outras formas possíveis de dizer...”.

Assim, nos exemplos acima, evidenciamos que a autoria está relacionada a uma tomada de posição do sujeito, a qual envolve investida do sujeito em seu discurso. O que se podem ver é um trabalho do discurso sobre o próprio discurso.

## 6 CONCLUSÃO

Procuramos, em nossas análises, mostrar que é possível pensar em autoria enquanto um projeto discursivo, vinculado a um certo gênero do discurso. No interior de cada gênero discursivo, o sujeito assume pontos de vista e investe o seu discurso de um certo modo para levar adiante o seu *querer-dizer*. Recorremos aos processos parafrásticos e aos efeitos de estilo produzidos nesse movimento, com o objetivo de exemplificar como, no dizer, imprimem-se marcas de individuação do sujeito que enuncia. As análises, ainda que provisórias, revelam, numa certa medida, que essa parece ser uma via possível de se pensar a questão da autoria que não apenas como correlata de uma obra.

## REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In: \_\_\_\_\_. **Estética da criação verbal**. Trad. Maria Hermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 2001 [1953]. p. 277-326.
- CAMPAGNON, A. **O demônio da teoria: literatura e senso comum**. Trad. de Cleonice P. B. Mourão e Consuelo F. Santiago. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2001.
- CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano 1: artes de fazer**. Trad. de Ephraim F. Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.
- FOUCAULT, M. O que é um autor? In: \_\_\_\_\_. **O que é um autor?** S. L.: Passagens, 1969. p. 29-87.
- \_\_\_\_\_. **A ordem do discurso**. Trad. de Laura F. A. Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2002 [1971].
- FUCHS, C. **La paraphrase**. Paris: Press Universitaires de France, 1982.
- \_\_\_\_\_. A paráfrase lingüística: equivalência, sinonímia ou reformulação? Trad. de João W. Geraldi. **Cadernos de estudos lingüísticos**, Campinas: Editora da UNICAMP, n. 8, p. 129-134, 1985.
- \_\_\_\_\_. **Paraphrase et énonciation**. Paris: Ophrys, 1994.
- GERALDI, J. W. **Portos de Passagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- \_\_\_\_\_. **Linguagem e ensino: exercícios de militância e divulgação**. Campinas, SP: Mercado de Letras; ALB, 1996.
- GRANGER, G. G. **Filosofia do estilo**. Trad. de Scarlett Zerbetto Marton. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- MARTIN, R. **Inférence, antonymie et paraphrase: éléments pour une théorie sémantique**. Paris: Klincksieck, 1976.
- ORLANDI, E. P. **Discurso e leitura**. São Paulo: Cortez, 1988.
- PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso. In: GADET, F; HAK, T. (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michael Pêcheux**. Campinas: Editora da Unicamp, 1997. p. 61-161.
- POSSENTI, S. Discurso e texto: imagem e/de constituição. In: \_\_\_\_\_. **Sobre a estruturação do discurso**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1981.
- \_\_\_\_\_. **Discurso, estilo e subjetividade**. São Paulo: Martins Fontes, 2001a.

Autoria no domínio de gêneros discursivos:

\_\_\_\_\_. Enunciação, autoria e estilo. **Revista da Faecba**, Salvador, ano 10, n. 15, p. 15-21, jun./jul. 2001b.

\_\_\_\_\_. Índícios de autoria. **Perspectiva**, Florianópolis: Editora da UFSC, v. 20, n. 1, p. 105-124, jan./jun. 2002a.

TFOUNI, L. V. A dispersão e a deriva na constituição da autoria e suas implicações para uma teoria do letramento. In: SIGNORINI, I (Org.). **Investigando a relação oral/escrito e as teorias do letramento**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2001. p. 77-94.

*Recebido em 04/03/05. Aprovado em 26/10/05.*

---

**Title:** Authorship in the domain of genres: paraphrase and style

**Author:** Nilsa Brito Ribeiro

**Abstract:** This work discusses the notion of authorship in the domain of oral genres, based on the analysis of three extracts from discourses produced in the academic environment, namely a class, a seminar and a meeting. Based on Bakhtin's ideas, it is assumed that every discourse suffers generic coercions, and that each statement illustrates the style of a particular genre related to a specific field of human activity (Bakhtin, 1953/2000). We are interested in discussing the room for authorship within genres, which results both from a discursive project and from the work the individual carries out in the available spaces.

**Keywords:** authorship; genre; style; paraphrase.

**Titre:** La qualité d'auteur dans le domaine de genres discursifs: paraphrase et style

**Auteur:** Nilsa Brito Ribeiro

**Résumé:** Dans ce travail, à travers l'analyse de trois découpures extraites de discours produits dans le milieu universitaire (parmi eux, cours, séminaire et réunion académique), on a l'intention de discuter la notion de qualité d'auteur dans le domaine de genres discursifs. Ainsi, on a choisi des procès paraphrastiques lesquels, selon notre point de vue, signalent un travail du sujet dans et pour le langage. Ainsi, on est en train d'admettre, fondés dans des études bakhtiniennes, que chaque discours souffre des contraintes génériques et que chaque énoncé porte en soi le style d'un genre propre à une certaine sphère de l'activité humaine (Bakhtin, 1953/2000). Ce qui nous intéresse à prendre en compte, à l'intérieur de genres discursifs, c'est l'espace qui s'ouvre pour un travail de qualité d'auteur, qui se configure autant par l'assomption d'un projet discursif, quant par un travail que le sujet réalise dans les espaces qui lui sont possibles.

**Mots-clés:** qualité d'auteur; genre discursif; style; paraphrase.

**Título:** Autoría en el ámbito de géneros discursivos: paráfrasis y estilo

**Autor:** Nilsa Brito Ribeiro

**Resumen:** En este trabajo, se ha pretendido discutir la noción de autoría en el ámbito de los géneros discursivos, a base de tres recortes de discursos producidos en el medio universitario, como en: clase, seminario, reunión académica. Para tanto, elegimos los procesos parafrásticos

que, a nuestro juicio, revelan un trabajo del individuo en el lenguaje y por el lenguaje. Considerando los estudios bakhtinianos, se puede decir que cada discurso sufre coerciones genéricas y que cada enunciado trae el estilo de un género peculiar a una dada esfera de actividad humana (Bakhtin, 1953/2000). Llevamos en cuenta, en el interior de géneros discursivos, el espacio que se abre a un trabajo de autoría, que se configura tanto por la asunción de un proyecto discursivo como por un trabajo que el individuo realiza en los espacios que se le posibilitan.

**Palabras-clave:** autoría; género discursivo; estilo; paráfrasis.